

**Opinião pública e enquadramentos sobre o COVID-19:
uma análise do contexto prisional brasileiro**

*Public opinion and framings about COVID-19:
an analysis about the prison context in Brazil*

Carla Ramalho PROCÓPIO¹
Isabella de Sousa GONÇALVES²
Mariana Ramalho PROCÓPIO³

Resumo

Neste artigo, procura-se discutir a temática da pandemia Covid-19 no contexto da população carcerária brasileira. Para tanto, propomos a análise de cinco matérias telejornalísticas, uma de cada região do Brasil, com vistas a compreender como o acontecimento jornalístico foi enquadrado e como se deu a representação dos presídios e presidiários nas circunstâncias da pandemia. Nosso aporte teórico e metodológico principal foi ancorado nos trabalhos de Bourdieu (1997); Entman (1993); Lippman (1992) e Oht et al (2012). Por meio de nossas análises, foi possível perceber a predominância do enquadramento da incerteza.

Palavras-chave: Covid-19. Jornalismo. Prisões. Framings.

Abstract

This paper aims to discuss the Covid-19 pandemic in the Brazilian's prison context. For this purpose, it is proposed the analysis of five audiovisual news from each Brazilian region related to the subject. The objective is to understand how the journalistic event was framed and how prisons and prisoners were represented during the pandemy. The theory and methodology were based on the researches of Bourdieu (1997); Entman (1993); Lippman (1992) and Oh et al (2012). Through the analysis, it was possible to understand the prevalence of the incertitude framing.

Keywords: Covid-19. Journalism. Prisons. Framings.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES. E-mail: carlaramalhop@gmail.com

² Doutoranda em Ciências da Comunicação na Johannes Gutenberg Universität, na Alemanha. Bolsista DAAD. E-mail: isgoncalvess@gmail.com

³ Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da UFMG. Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFV. E-mail: mariana.procopio@ufv.br

Introdução

No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre uma propagação de pneumonia na cidade de Wuhan, na República Popular da China. Após estudos conduzidos pelo Centro Chinês de Controle e Prevenção de doenças (China – CDC), o agente causador foi identificado como sendo um novo tipo de coronavírus, o SARS-COV-2 (Zhu et al., 2020). A propagação começou em um mercado de comidas do mar e de animais, mas, mesmo após medidas de contenção adotadas na cidade, espalhou-se para o restante do mundo, tendo sido a doença considerada uma pandemia por parte da OMS no dia 12 de março de 2020 (WHO, 2020).

O aumento no número dos casos de coronavírus a partir do final de 2019 se tornou uma preocupação global, em especial após os efeitos visualizados na Itália. Tal acontecimento se deu especialmente diante da falta de sucesso dos órgãos públicos em adotar medidas de contenção a tempo. Dentre os países Europeus, a Itália foi a primeira a sofrer com o surto de casos, e tal contexto pode ser explicado pela adoção tardia do isolamento social, por exemplo (Islam et al., 2020).

O vírus chegou posteriormente à América do Sul e, no caso do Brasil, a sua contenção foi agravada por suas dimensões continentais, resultando na ausência de uma política de enfrentamento unificada entre os diferentes Governadores e Presidência da República. A chegada do vírus ao continente foi um fator de preocupação, uma vez que os sistemas de saúde da América do Sul já são frágeis, fator que também contribuiu para as dificuldades no enfrentamento (Rodriguez et al., 2020).

A ausência de acordo entre os poderes foi agravada por um presidente que se recusou a seguir às recomendações da OMS, divulgou informações sem comprovação científica e não se preocupou com o aumento do número de mortos e infectados. Todo este contexto dificultou o estabelecimento de uma política efetiva de isolamento horizontal. Nesse sentido, determinados estados e cidades decretaram quarentena, mas como não se tratou de uma medida adotada de forma ampla e de maneira eficaz, o vírus não pôde ser controlado, e o achatamento da curva não ocorreu. Como consequência, o

Brasil chegou à marca de 3.908.272 de infectados e ultrapassou os 121 mil mortos no dia 31 de agosto (Ministério da Saúde, 2020)⁴.

O caso brasileiro foi também agravado pelo fenômeno da desinformação, desencadeado pela falta de transparência na divulgação de informações, bem como pela proliferação de notícias falsas, impulsionadas nas redes sociais. Tal questão foi combatida, em diversos momentos, pela imprensa do país, que adotou uma postura colaborativa para disseminar informações sobre o vírus. A informação se tornou não só uma preocupação, mas também uma necessidade e aliada no combate à doença. Nesse sentido, grande parte da produção jornalística do país (seja de modelos comerciais públicos ou privados) se reorganizou para atender a essa nova demanda.

Se por um lado as pautas e enquadramentos se redirecionam para a cobertura da saúde, a influência das rotinas produtivas nos critérios de noticiabilidade (Seixas; Alves, 2017) parecem contribuir para a manutenção de uma perspectiva pré-formatada dos acontecimentos, de modo a privilegiar àqueles que já têm seu lugar no agendamento midiático (McCombs, 2004). Nesse sentido, torna-se relevante a observação de quais enquadramentos e sentidos estão sendo dados, nesse contexto de pandemia, a temáticas e sujeitos frequentemente invisibilizados.

Diante da problemática apresentada, este artigo pretende analisar a cobertura jornalística feita sobre a situação do Covid-19 nos presídios brasileiros, por consideramos ser esta uma situação de extrema vulnerabilidade, em razão do contexto de negligência e descaso a que esta população costumeiramente tende a ser submetida. No caso brasileiro, a pandemia atinge com mais força os grupos minoritários, que não possuem condições adequadas para a efetivação do isolamento social e representam os sujeitos mais fragilizados pelas configurações trabalhistas. Nesse sentido, a produção científica necessita se debruçar sobre tais fenômenos, de modo a compreender as questões sociais e, ao mesmo tempo, trazer possibilidades de soluções. Dessa forma, o objetivo principal do trabalho é compreender como o acontecimento jornalístico foi enquadrado e como se deu a representação dos presídios e dos presidiários no contexto pandêmico.

Em maio de 2020, mais de 600⁵ pessoas em privação de liberdade no Brasil já haviam contraído a doença, e dados mais recentes divulgados pelo Conselho Nacional

⁴ Dados encontrados no portal do governo. Link para acesso: <https://covid.saude.gov.br>

de Justiça apontam um crescimento de 800%⁶ da doença nos presídios. Com um déficit de 288,4 mil vagas nesses espaços, o país possui superlotação em praticamente todos os estados da Federação, tornando as condições de higiene e distanciamento – necessárias para a prevenção do Covid-19 – impraticáveis. Nesse sentido, apesar de haver uma baixa circulação de pessoas dentro das penitenciárias⁷ (fator importante para frear o contágio), é preciso considerar os desafios já enfrentados por essa população, em grande parte composta por pessoas de grupo de risco, como pacientes com sífilis, HIV e tuberculose⁸.

Como *corpus* de análise, selecionamos cinco matérias telejornalísticas relacionadas ao tema, oriundas de todas as regiões do Brasil, veiculadas na Rede Globo. A busca foi realizada no *site* oficial da emissora, a partir de palavras-chave ligadas ao contexto do cárcere que traziam também a temática da pandemia. A partir desse mapeamento de matérias chegou-se a um *corpus* que representasse cada uma das regiões brasileiras. A partir de tais critérios, foi possível nos aproximarmos do entendimento de quais acontecimentos são visibilizados em cada região.

O estudo se justifica, uma vez que o jornalismo atua enquanto peça fundamental para a construção da realidade, contribuindo, assim, para a integração do imaginário coletivo e da cultura da sociedade (Sodré, 2009). Os jornalistas, ao narrarem um determinado fato, constroem o acontecimento a partir de seleções. Dessa forma, uma notícia é feita a partir de *framings* que, como molduras de um quadro, evidenciam determinados aspectos da sociedade, tornando-os mais proeminentes do que os outros. Nesse sentido, uma determinada interpretação ou avaliação moral é promovida, ao mesmo tempo em que há o silenciamento de outras (Entman, 1993).

Em um contexto de incerteza, como o vivenciado durante o crescimento do Covid-19, os veículos midiáticos atuam enquanto peça fundamental para fornecer

⁵ Dados obtidos no portal da EBC/TV Brasil. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/05/penitenciarias-registram-mais-de-600-casos-da-covid-19>

⁶ Dados obtidos no portal da Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/06/cnj-fala-em-crescimento-de-800-de-casos-de-covid-19-em-presidios-e-renova-recomendacao-para-soltura.shtml>

⁷ Moro justifica suspensão de visitas a presídios como forma de proteger detentos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8446639/>

⁸ Dados divulgados no portal NEXO. Qual o perfil da população carcerária brasileira? Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/01/18/Qual-o-perfil-da-popula%C3%A7%C3%A3o-carcer%C3%A1ria-brasileira>

informações de confiança, em conjunto com a pesquisa científica - ou ao menos o fazem para grande parte da população.

A opinião pública e a sociedade

Entender como um determinado acontecimento é enquadrado importa, já que tais seleções atuam na configuração da percepção social da realidade. Nesse processo, os indivíduos se utilizam de tais *schematas* para a atribuição de sentido. A todo o momento, o ser humano cria modelos de simplificação para si, que influenciam na tomada de decisões. Por meio de tais modelos, as pessoas conseguem processar as informações da sociedade, sendo as representações sociais partes fundamentais deste processo, já que se configuram enquanto enquadramentos ficcionais que expressam o imaginário social e a memória coletiva (Lippmann, 1998).

No campo da psicologia social, representações sociais são essenciais para a compreensão do mundo. Entretanto, torna-se particularmente importante se atentar para elas, uma vez que, na maioria das vezes, são feitas a partir dos interesses de grupos dominantes. Este fato contribui, por sua vez, para o fenômeno da divisão social e manutenção de estereótipos que venham a auxiliar a perpetuação dessas desigualdades. As representações sociais, assim, comportam-se enquanto articuladoras entre o pensamento individual e o coletivo, produzindo um determinado sentido (Moscovici, 1988). Dessa forma, é necessário compreender quais sentidos estão sendo produzidos, e o papel do analista da Opinião Pública é entender e problematizar o fenômeno dessa representação, de forma a contribuir para a formulação de sentidos outros, que deem voz para sujeitos muitas vezes silenciados.

No processo da representação social, a mídia de massa atua enquanto principal articuladora, entregando os sentidos e contribuindo para a perpetuação de um determinado imaginário social. Isto ocorre, uma vez que mídia de massa é responsável por influenciar na agenda pública, ao ressaltar determinados assuntos (McCombs; Shall, 1972).

Nesse processo de construção do imaginário social, são fundamentais os produtos midiáticos diversos, tais como filmes, livros, seriados de televisão, telenovelas, dentre outros. Mas ressalta-se, além disso, os noticiários, que, a partir das técnicas jornalísticas, atribuem sobre si próprios o sentido de verdade e de neutralidade

(Tuchman, 1972). As notícias e as suas formas de enquadramento têm um impacto na opinião pública, uma vez que eles atuam como estruturas invisíveis que ordenam as percepções (Bourdieu, 1997).

Além disso, como já indicado por pesquisadores, a cobertura da imprensa também é responsável por moldar a construção de entendimentos compartilhados pela sociedade (Quinsaat, 2014). Essa influência ocorre, especialmente, uma vez que a mídia possui papel central ao ditar o que deve ser pauta na agenda pública (McCombs, 2004). Ao mesmo tempo em que seleciona quais eventos devem ser lembrados e esquecidos, também constrói a forma como o acontecimento é apresentado, por meio de enquadramentos, sendo, dessa forma, uma produção do real (Sodré, 2009).

Nessa perspectiva, percepções feitas por indivíduos vão além da informação dada e incorporam, assim, representações encontradas na memória social ou individual. Trata-se de um processo que vem de cima para baixo, responsável por moldar virtualmente os pensamentos e impressões. Nesse sentido, importa entender como a imprensa articula as informações relacionadas às vulnerabilidades, especialmente em momentos de crise, nos quais as incertezas sociais e políticas aumentam a necessidade de informação, o que amplia a importância dos discursos midiáticos e suas tecnologias (David; Sommerlad, 2020). A forma como a mídia possui uma influência na opinião pública em momentos de crise e, em especial, durante o Covid-19, temática deste artigo, fica destacada na imagem abaixo:

Imagem 1. Mídia e Informação nos tempos de Covid-19

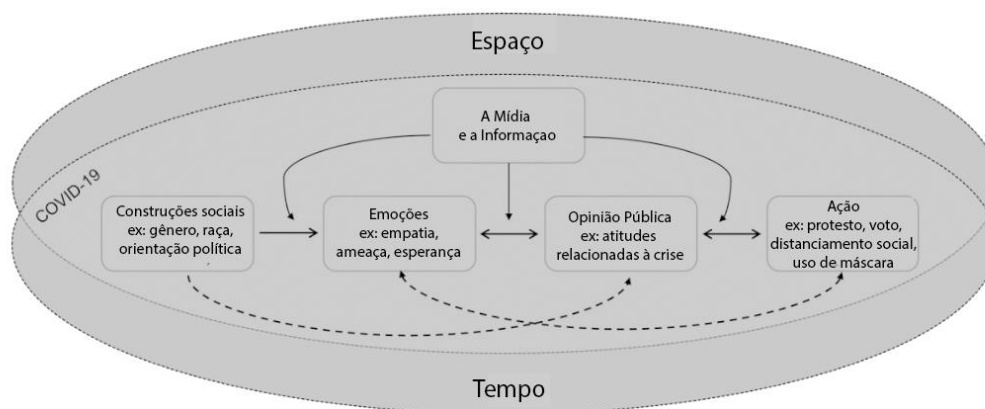


Fig. 1 Mídia e informação nos tempos de COVID-19

Tradução nossa do modelo de David e Sommerlad (2020)

A partir do modelo, torna-se possível entender os papéis indiretos e diretos desempenhados pela mídia, informação e construções sociais. De acordo com David e Sommerlad (2020), as construções sociais influenciam as atitudes, ações, emoções, estando elas todas correlacionadas. Da mesma forma, o fluxo midiático e informacional atua enquanto moderador ou reforça as intercorrelações entre os diferentes fatores.

A cobertura midiática nos presídios

A partir de uma análise histórico-social que resgata como os valores informativos surgiram e foram estabelecidos, Aguiar e Neder (2010) ressaltam que os processos de consolidação da Modernidade e seus ideais produziram “um conjunto de regras e procedimentos para substituir a fé nos fatos num mundo em que nem eles poderiam ser de confiança” (Aguiar; Neder, 2010, p.113). Esse resgate é fundamental para compreendermos como a prática jornalística cotidiana, pautada em uma dinâmica objetiva, acaba, muitas vezes, por reforçar privilégios no que diz respeito à visibilidade de determinados assuntos, hierarquizando acontecimentos e, conseqüentemente, os sujeitos.

Presentes na maioria das produções jornalísticas como um lugar destinado exclusivamente a punição, o presídio se mantém como espaço indesejado pela sociedade, desprovido de direitos básicos e investimentos. Assim, a invisibilidade midiática dos sujeitos em privação de liberdade parece não ter uma relação exclusiva com a noticiabilidade, uma vez que políticas públicas e dinâmicas culturais também excluem sistematicamente esses sujeitos das pautas. Tal contexto agrava a crise do sistema prisional, e tais sujeitos só se tornam “relevantes”, do ponto de vista midiático, quando correspondem ao “lugar discursivo” (Grigoletto, 2005) a eles estabelecido.

Isto significa que a representação está intimamente relacionada com as características simbólicas e objetivas que são relacionadas à prisão, como: a presença da violência e desordem; e a ideia dos sujeitos imorais, agressivos, doentes e/ou loucos. No entanto, é preciso considerar que esse espaço discursivo, em que se localiza o presídio e as pessoas em privação e liberdade, é construído também pela dinâmica social. Em outras palavras, é construído pelo modo como a estrutura social se relaciona objetivamente com esses espaços e, assim, o legitima.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que, por meio das variadas formas em que a violência se manifesta e é representada na mídia, são acionadas estéticas, imagens, estereótipos e imaginários, aos quais são atribuídos sentidos, estabelecendo uma relação com a ideia de violência, de infração, vandalismo ou crime. Nessa perspectiva, o presente trabalho procurou entender quais foram os enquadramentos utilizados relacionados à doença e, ainda, se as produções reforçavam essa perspectiva já observada na literatura acadêmica - em que os presidiários são representados a partir de sentidos e contextos de violência.

A pandemia de norte ao sul do país

Para entender como o avanço do vírus em diversos espaços tem sido retratado pela mídia, considera-se importante observar a cobertura realizada pelos telejornais. Com base nos apontamentos da Pesquisa Brasileira de Mídia⁹ realizada pelo Governo Federal em 2016, fica evidenciado que 89% dos brasileiros consomem informações pela Televisão, seguida pela busca na *web* (49%). Segundo o relatório, a emissora mais vista pelos que responderam à pesquisa é a TV Globo, mencionada por 73% dos entrevistados. Em seguida, estão o STB (36%) e a Record (32%). Assim, com o objetivo de compreender o cenário da doença nos presídios a nível nacional, optou-se por trabalhar com buscas online por palavras-chave ligadas ao cárcere, como: “presídios” e “presidiários” e a respectiva região (norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste). As buscas foram realizadas no site oficial da Rede Globo, e as matérias foram ao ar no trimestre de maio, junho e julho de 2020.

A partir deste mapeamento, foram encontradas 46 matérias, sendo 15 de telejornais da região sudeste; 13 da região centro-oeste; 7 da região nordeste; 6 da região sul e 5 da região norte. A partir dessa amostra, selecionamos aquelas matérias que apresentavam também a temática da “*covid-19*” relacionada ao contexto prisional. Como resultado, encontramos 23 matérias no total, sendo 11 de telejornais da região sudeste; 7 da região Centro-oeste, 2 da região nordeste; 2 da região sul e 1 da região norte.

⁹ Pesquisa Brasileira de Mídia acessada pelo site oficial do Governo Federal. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>

Todas as 23 matérias que relacionavam o contexto prisional à pandemia foram assistidas, e a partir das questões de pesquisa levantadas por meio das reflexões sobre enquadramento e representação, foram selecionadas cinco matérias (representantes de suas regiões) veiculadas em redes afiliadas da Rede Globo. Para as análises, utilizou-se uma metodologia que se propõe a pensar o enquadramento presente nas coberturas de doenças. Assim, adotou-se as categorizações identificadas por Oh et al. (2012), quando analisaram a cobertura do H1N1 na imprensa dos Estados Unidos e Coreia do Sul. Foi adicionado, entretanto, o *framing* ‘Presidiários’, relacionado à aparição desses novos personagens nas matérias, que frequentemente aparecem por uma perspectiva ligada a vulnerabilidade ou por seu potencial de violência. Assim, chegou-se à tabela de enquadramentos abaixo:

Tabela 1. Enquadramentos e Fontes

Enquadramentos	Nova Evidência	Informação de nova descoberta relacionada ao vírus.
	Atribuição de responsabilidade	Ênfase na responsabilidade de agências governamentais/ órgãos internacionais no tratamento da doença.
	Incerteza	Ênfase e exagero nas incertezas relacionadas à epidemia, aumentando a sensação de medo relacionada à doença.
	Reconforto	Tentativa de aliviar o medo público relacionado à doença, reportando progressos em tratamento e prontidão das autoridades para a superação da crise.
	Consequências	Foco nos efeitos negativos da pandemia na sociedade e na economia.
	Estatísticas	Introduz a situação da pandemia a partir de estatísticas, sem maiores interpretações ou implicações.
	Ação	Informa o público sobre informações práticas relacionadas a prevenção, diagnóstico e cura do Covid-19.
	Presidiários	Grupo vulnerável, que corresponde à classificação de grupo de risco das instituições de saúde, mas que pode apresentar reações violentas ao avanço do vírus em seus espaços.
	Governo	Pessoas que representam oficialmente o governo.
	Indústria Farmacêutica	Empresas que desenvolvem vacinas ou medicamentos para a Covid-19.
	Experts	Pesquisadores, professores ou doutores que possuem conhecimento acadêmico.

Fontes	Políticos	Pessoas que estão atualmente em cargo político, mas que não fornecem anúncios oficiais relacionados ao Covid-19.
	Leigos	Pessoas que experienciaram, observaram ou são relevantes, de alguma forma, para falarem sobre o Covid-19, mas não possuem nenhum conhecimento acadêmico ou posição política.
	Fontes Internacionais	Agências internacionais ou fontes de outros países.
	Outros	Outra ou nenhuma fonte.

Fonte: Tabela elaborada com base em (Oh e colab., 2012)

Em maio de 2020, quando o Brasil registrava a morte de 26.764 pessoas pelo Coronavírus, dados divulgados pelo portal independente Ponte Jornalismo¹⁰ revelavam que o país ocupava o 4º lugar em maior número de presos mortos pela doença. No entanto, cada região apresentava particularidades em relação ao avanço dos casos, estabelecendo vínculos específicos em suas reportagens. Ao selecionar as matérias das diferentes regiões e ao estudar os enquadramentos adotados, chegou-se aos seguintes resultados:

Tabela 2. A cobertura regional da COVID-19 nos presídios

Região	Matéria	Enquadramentos	Duração	Data
Norte	Tumulto é registrado em unidade prisional de Parintins após presos passarem mal	Incerteza	2 min 15	07/05/2020
Nordeste	Vídeo mostra presos com a Covid-19 deitados em corredor da penitenciária de Petrolina, PE	Consequências	3 min 34	27/06/2020
Centro-Oeste	317 presos da Papuda estão com covid-19	Estatístico	1 min	07/05/2020
Sul	Presos que ganharam direito de cumprir pena em casa voltam a cadeia por novos crimes no RS	Estatístico, Incerteza e Consequências	4 min	09/06/2020
Sudeste	Cresce o número de infectados pela Covid-19 nos presídios do RJ	Estatístico e Incerteza	2 min 48	26/06/2020

Fonte: Elaborado pelas autoras

¹⁰ Portal Ponte Jornalismo. Disponível em: <https://ponte.org/>

Em relação a matéria da região norte “Tumulto é registrado em unidade prisional de Parintins após presos passarem mal”, identifica-se que a matéria se desenvolve pelo enquadramento da incerteza, o que cria uma sensação de que o avanço da doença nos presídios é um problema. Nela, a menção à ação civil pública oferece legitimidade a esse sentido e não são apresentados responsáveis ou as condições em que os sujeitos em privação de liberdade estão vivendo. Tal enquadramento dificulta tanto o enfrentamento da doença, quanto o entendimento sobre a situação da unidade prisional.

Em geral, a reportagem apresenta elementos que deslocam a doença para segundo plano e ainda coloca em dúvida se realmente houve o início da formação de um motim na unidade prisional. Ela se desenvolve em torno da informação de que um detento teria passado mal e precisou ser levado para o hospital da cidade para receber atendimento médico. No entanto, o mesmo repórter afirma que não chegou a acontecer um motim ou conflito. A reportagem, que inicia com a informação de que agentes de saúde realizaram a coleta de material para novos testes de Covid-19 nos presos, contém erros de legenda das fontes. Nesse sentido, destaca-se que a pauta poderia apresentar informações mais detalhadas sobre o avanço da doença no sistema prisional do estado e, principalmente, daquela unidade, que já havia confirmado casos¹¹. Ao final, o repórter menciona que familiares dos presos foram até a unidade procurar por informações e ouve, como fonte (*experts*), a defensora pública, Enali Coutinho, que participou da organização de uma ação civil pública para cobrar do estado melhores condições no sistema carcerário de Parintins, que já havia sido denunciado por suas precárias condições de higiene.

Já a reportagem que representa a região nordeste, “Vídeo mostra presos com a Covid-19 deitados em corredor da penitenciária de Petrolina, PE”, traz seu foco na personalização (caracterizada pelo *storytelling*, descrição, sensacionalização de eventos, etc.). Ela apresenta um vídeo recebido pela equipe de reportagem com uma denúncia sobre as condições de saúde/cuidados dos presos na unidade penitenciária de Petrolina. O vídeo, filmado de dentro da unidade, revela os presos amontoados em corredores, deitados em cima de cobertores. De acordo com a reportagem, a Penitenciária Doutor Edvaldo Gomes tem capacidade para 830 internos, mas hoje possui 1.214 presos. O secretário responsável (enquadrado pela tabela como fonte governo) Cícero Rodrigues disse, em entrevista, que os detentos confirmados com a Covid-19 estão em um pavilhão separado dos outros internos, em uma tentativa de minimizar os

¹¹ Sistema prisional do AM tem mais sete casos confirmados do novo coronavírus e total vai a nove. Dados em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/05/05/sistema-prisional-do-am-tem-mais-sete-casos-confirmados-do-novo-coronavirus-e-total-vai-a-nove.ghtml>

questionamentos sobre condições irregulares. Nesse sentido, identifica-se um enquadramento predominante nas consequências da doença, ou seja, na perspectiva de que ela estaria gerando ainda mais desordem para o sistema prisional.

A reportagem “317 presos da Papuda estão com covid-19”, representante da região centro-oeste, apresenta um panorama geral sobre os números da doença no presídio, com destaque para a preparação de blocos, criados com o objetivo de isolar os doentes. Além de não apresentar fontes, cita uma série de números, como o quantitativo de infectados, não infectados e mortos, além dos blocos construídos para o isolamento dos doentes. A produção se caracteriza pelo enquadramento estatístico e não faz menção ou reflexões sobre as mais de 300 denúncias, acolhidas pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CDH/CLDF), sobre as condições dos internos. As denúncias são relacionadas à falta de produtos de higiene, roupas e cobertores, além do atraso nas resoluções legais dos acautelados.

Representante da região sul, a reportagem “Presos que ganharam direito de cumprir pena em casa voltam a cadeia por novos crimes no RS” apresenta consequências negativas da liberação do cumprimento de prisões domiciliares para presos que fazem parte do grupo de risco da Covid-19. O principal foco da reportagem foi a reincidência criminal e a morte de pessoas em cumprimento de pena. Nesse sentido, ela possui um enquadramento híbrido, que relaciona elementos Estatísticos (como dados numéricos), de Incerteza (em relação ao aumento da doença nesses espaços) e Consequências (que seriam os novos crimes praticados). É importante chamar a atenção que os elementos estatísticos aos quais a reportagem se refere estão mais ligados ao movimento de reincidência criminal e mortes do que de fato ao de doentes ou mortos pela Covid-19. Nesse sentido, percebe-se um movimento da pauta para um sentido de que a liberdade para os acautelados (até neste cenário) seria o “pior” a ser feito.

Já a reportagem representante da região sudeste, “Cresce o número de infectados pela Covid-19 nos presídios do RJ”, tem seu enfoque no estado do Rio de Janeiro, trazendo elementos que buscam identificar a situação das facções criminosas nesse contexto de pedidos de prisão domiciliar. Essa é também a única a trazer números sobre as mortes relacionadas aos agentes penitenciários, além de informar mais detalhadamente sobre o número de testagem realizadas, infectados, isolados e de óbitos. Em geral, a reportagem apresenta predominância pelo enquadramento Estatístico, mas

também trabalha com o da Incerteza, ao ouvir fontes que marcam a preocupação com esses espaços e a incapacidade do estado em lidar com essa situação, alertando para a responsabilidade sobre essas mortes. Ela ainda cita a proposta de criação de equipes de saúde que trabalhem dentro dos presídios, a fim de evitar a contaminação de hospitais no recebimento dos presos infectados.

Considerações finais

O presente artigo procurou entender os enquadramentos utilizados na cobertura relacionada ao Covid-19 na realidade prisional brasileira. Para tanto, optou-se por analisar uma reportagem de cada região, de forma a perceber como se dá a representação dos presidiários em tal contexto. Os presídios brasileiros, negligenciados pelo poder público em diversas ocasiões, tornam-se particularmente fragilizados em um momento como esse, sendo importante analisar a maneira como a imprensa noticia e, assim, constrói uma narrativa acerca da realidade.

A partir do estudo, percebeu-se que o enquadramento priorizado nas reportagens analisadas foi da incerteza, que, de acordo com o modelo de Oh et al (2012) em estudo relacionado ao H1N1, se dá quando ocorre exagero e ênfase nas incertezas relacionadas à pandemia, o que, por sua vez, ocasiona um aumento da sensação de medo. A adoção deste tipo de enquadramento é prejudicial, uma vez que o aumento de tal sentimento possibilita que estados consigam criar legislações que anteriormente seriam consideradas ilegítimas, aumentando o controle social como extensão.

De acordo com David e Sommerlad (2020), em tempos de crise, percebe-se o aumento de discursos de ódio, além de narrativas que naturalizam questões como o sexismo e xenofobia. Além disso, torna-se perceptível o crescente apoio às violações dos direitos humanos. Tudo isso ocorre, porque tanto a mídia quanto o público sofrem mudanças em seus comportamentos, já que as críticas a tais posturas excludentes e violentas se tornam diminutas, sendo tais violações “justificáveis” em nome do “bem comum”.

O aumento da sensação de medo, assim, prejudica o funcionamento pleno da democracia e ainda contribui para a ampliação da divisão social, já que muitas vezes os grupos são divididos em ‘nós’ e ‘eles’, fenômeno competitivo que provoca a discriminação, ódio e violência contra aqueles que são considerados enquanto *outsiders*, como as minorias sociais, que, em determinados casos, são apresentadas enquanto causas das problemáticas sociais encontradas.

A análise permitiu perceber que houve uma falta de responsabilização efetiva da situação, já que o preso, no momento em que está sendo punido, está sob a guarda do estado. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de adotar formas de proteção dessa população, que fica ainda mais vulnerável em um contexto de superlotação dos presídios brasileiros, o que prejudica a adoção do isolamento social.

Ao não adotar tal viés problematizador, que procura responsabilizar os agentes federais pela negligência ou questionar a situação de superlotação vivenciada nos presídios, a narrativa não é capaz de engajar e mobilizar. Ao contrário, verifica-se que determinadas reportagens, ainda que ao falarem de uma situação de pandemia, procuram reforçar os estereótipos já efetivados em coberturas tradicionais sobre a realidade brasileira, estabelecendo o viés da violência, como no caso da matéria do norte que aborda o pseudoacontecimento do motim ou a matéria do sul que procura demonstrar os riscos ao soltar determinados presidiários.

Referências

BOORSTIN, Daniel J. **The image**: a guide to pseudo-events in America. Nova York: Vintage Books: Kindle Edition. 1961.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1997.

DAVID, Yossi e SOMMERLAD, Elisabeth. **Media and information in times of crisis**: The Case of the Coronavirus (COVID-19) Infodemic, 2020.

EBC. (2020, March 15). **Espanha decreta quarentena por causa do coronavírus**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/espanha-decreta-quarentena-por-causa-do-coronavirus>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

ENTMAN, Robert M. **Framing**: toward clarification of a fractured paradigm. Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica**: um espaço intervalar. Tese de Doutorado. PPG Letras/UFRGS, 2005.

ISLAM et al. **Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) pandemic, lessons to be learned!** Journal of Advanced Veterinary and Animal Research, v. 7, n. 2, p. 260, 2020.

LIPPMANN, Walter e CURTIS, Michael. **Public opinion**: pictures in our heads. [S.l.: s.n.], [S.d.]. Disponível em: https://monoskop.org/images/b/bf/Lippman_Walter_Public_Opinion.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2020.

MCCOMBS, M. E., & SHAW, D. L. **The agenda-setting function of media.** *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–187, 1972.

MCCOMBS, Maxwell. **Setting the agenda.** Cambridge, UK: Policy, 2004.

MOSCOVICI, S. **Notes towards a definition of social representations.** *European Journal of Social Psychology*, 18,211–250, 1988.

NEDER, Vínicius; AGUIAR, Leonel. **Objetividade jornalística: a prática profissional como questão política.** *Comunicação & Sociedade*, v. 54, p. 103-126, 2010.

OH, Hyun Jung e colab. **Attention cycles and the H1N1 pandemic: A cross-national study of US and Korean newspaper coverage.** *Asian Journal of Communication*, v. 22, n. 2, p. 214–232, 2012.

QUINSAAT, S. **Competing News Frames and Hegemonic Discourses in the Construction of Contemporary Immigration and Immigrants in the United States.** *Mass Communication and Society* 17 (4): 573–596. doi:10.1080/15205436.2013.816742, 2014.

RODRIGUEZ-MORALES, A. J. et al. **COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in Brazil.** *Travel medicine and infectious disease*, 35, 101613. <https://doi.org/10.1016/j.tmaid.2020.101613>. 2014

SEIXAS, Lia; ALVES, Jussara. **Do que se trata a noticiabilidade.** *Intexto*, n. 38, p. 157-172, 2017.

SODRÉ, Muniz **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 287 p, 2009.

TUCHMAN, G. (1972). **Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity.** *American Journal of Sociology*, 77(4), 660-679. Retrieved August 26, 2020, from <http://www.jstor.org/stable/2776752>

ZHU et al. **A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019.** *New England Journal of Medicine*, v. 382, n. 8, p. 727–733, 2020.

WHO, announces. **COVID-19 outbreak a pandemic (2020, March 12).** Disponível em: <http://www.euro.who.int/eng/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2020/3/who-announces-covid-19-outbreak-a-pandemic>. Acesso em 26 de agosto de 2020.